
Da Cibercidade à Cidade Sou Eu transformações contemporâneas condicionadas pela tecnologia¹

Rosane Azevedo de Araujo²

Resumo: Dadas a permeabilidade e a diluição das fronteiras decorrentes da difusão tecnológica e comunicacional das últimas décadas, passamos do conceito de Cibercidade – como local de todos os que habitam os meios com os quais interagem –, para um conceito em que não há distância que permita circunscrever separadamente Eu e Cidade, pois o processo de explosão semântica e conceitual da idéia de *cidade* é correlato ao de descentralização e fragmentação da noção de *eu*. Os lugares, antes geométricos de competência euclidiana, tornaram-se lugares topológicos, exigindo, a cada vez e a cada *situs*, consideração e análise apropriadas, pois não há (mais) distinção entre a rede que a Pessoa é e o espaço forjado à medida das transformações que o compõem.

Palavras-chave: urbanismo; teorias da comunicação; pessoa

Abstract: Given the permeability and erosion of frontiers resulting from the diffusion in recent decades of technological advances, particularly in the field of communication, we have shifted from the concept of Cybercity – as the place of all those that are inhabitants of the ways of interacting – to a concept where there is no distance that permits separately circumscribing I/me and City, because the process of semantic and conceptual explosion of the idea of *city* is correlated to the decentralization and fragmentation of the notion of I/me. The Euclidian geometry that formerly defined places has given way to topology, requiring appropriate consideration and analysis in each instance and at each place, because there is no longer any distinction between the network that makes up the Person and the space forged in line with the transformations that compose it.

Keywords: urbanism; communication theories; person

¹ Artigo apresentado no VI SOPCOM / VIII LUSOCOM, realizado na Universidade Lusófona, Lisboa, de 14 a 17 abril 2009.

² Doutora e Mestre em Urbanismo (PROURB: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFRJ). Especialista em Urbanismo (UFRJ). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa/CNPq “ETC: Estudos Transitivos do Contemporâneo”. Email: rosane@rosane.arq.br

Introdução

O paralelo entre evolução tecnológica e transformações nas Cidades não é novo. No decorrer da história, sempre se pôde observar que as evoluções tecnológicas são acompanhadas de uma transformação tanto na cidade, quanto na sociedade e na cultura de um modo geral.

Vivemos uma época de grandes inovações nos mais diferentes campos, que se refletem no desenvolvimento da nanotecnologia, na exploração de células-tronco, na produção de alimentos sintéticos, na grande oferta de serviços on-line, na robótica, na inteligência artificial, na pesquisa de neurônios artificiais, no mapeamento do genoma humano, na exploração espacial, na tele-presença em suas mais diversas aplicações: tele-trabalho, tele-medicina, tele-educação, tele-comunicação, etc.; em suma, uma gama infinita de novas descobertas e aplicações que têm como base o acelerado desenvolvimento tecnológico. Este ambiente sócio-cultural-econômico atravessado pelas tecnologias de base micro-eletrônicas e tecnologias digitais acarretou novas formas sociais e um novo espaço de sociabilidade.

As novas tecnologias estão modificando profundamente a cultura, e já se considera a informatização digital como sintoma de uma “mutação antropológica”, comparável apenas àquela do Neolítico (LÉVY, 1999: 176)³. A amplitude dessa mutação extravasa a lógica “técnica” da digitalização e da informatização, pois “afeta não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência” (LÉVY, 1996: 11), convergindo “para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas” (LÉVY, 2003: 11).

Em *A Sociedade em Rede*, Manuel Castells (1999a: 355) descreve a transformação geral na cultura em função da utilização de novas tecnologias. Na história da humanidade, houve um momento da invenção do alfabeto que proporcionou a infra-estrutura mental para a comunicação cumulativa, calcada no conhecimento, e a base para o desenvolvimento da filosofia ocidental e da ciência. No século XX, houve uma revanche da cultura audiovisual mediante a qual o cinema, o rádio, a televisão, superaram a influência da comunicação escrita. Hoje, através da multimídia, é possível integrar no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana. A cultura é mediada e determinada pela comunicação, então as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos, estão sendo transformados pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o transcorrer do tempo.

O paradigma econômico-tecnológico da informação acarreta, além de novas práticas sociais, alterações da própria vivência do espaço e do tempo como parâmetros da experiência social. A cidade é o local por excelência destes acontecimentos. Por tudo isso o conceito de cidade está em questão. Diversos autores se esforçam na tentativa de reconceituar cidade, e têm em comum o afastamento deste conceito do vínculo com a geografia, com delimitações

³ Ver também LÉVY, 2003: 15.

especiais. Cidade, atualmente, passa a ser definida a partir de diferentes parâmetros tais como finanças, capacidade informacional e de conexão planetária, nós e redes, virtualização, experiência sensorial, etc. O fato é que o conceito de cidade tal como foi historicamente entendido não expressa mais nossa realidade.

A cidade constitui uma expressão de mutações e ajustes cognitivos e sociais ao longo da história, exigindo ser pensada hoje, como foi em circunstâncias históricas passadas, em consonância com o novo panorama da cultura digital. Nossa intenção é avançar na questão e apresentar como essas mesmas mutações tecnológicas incidiram também sobre modos diferentes de se conceber “Eu”, do indivíduo fixado em um território, sua casa, língua nativa ou cidade geográfica e fisicamente delimitada.

Ciberespaço – cibercidade

Já é conhecimento comum a etimologia do prefixo *ciber*, que nos chegou do remanejamento moderno do substantivo grego *kubernetes*, que significa piloto, timoneiro e, figurativamente, diretor, chefe, governador, reapropriado na cunhagem da palavra *cibernética*, que designou um campo de investigação moldado e disseminado no imediato pós-segunda guerra. Em obra homônima, seu autor, o matemático Norbert Wiener (1894-1964), lançava a cibernética em 1948 como uma nova ciência que visava à compreensão da unidade essencial dos fenômenos naturais e artificiais através do estudo dos processos de comunicação e controle nos seres vivos, nas máquinas e nos processos sociais. Na herança cibernética, o escritor William Gibson cunhou a palavra ciberespaço, que designou, em seu romance de ficção-científica *Neuromancer* (1984), o universo das redes digitais onipresentes, ao qual os humanos se conectavam diretamente via sistema nervoso, o que lhes permitia visualizar dados e programas e trabalhar sobre eles, desafiando o universo real. O termo disseminou-se muito rapidamente entre os usuários das redes digitais.

Pierre Lévy (1956-) define ciberespaço como: “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, com ênfase na tecnologia digital, por esta condicionar a informação em seu caráter “plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual”, que é “a marca distintiva do ciberespaço” (LÉVY, 1999: 92). A rede assim constituída inclui não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também, e sobretudo, o universo de informações que ela abriga, indissociavelmente conectado à performance social e cognitiva dos humanos que a alimentam e nela navegam.

Uma cultura assim condicionada torna-se *cibercultura*, isto é, ambiente sociotécnico e cognitivo não-universalizante cuja funcionalidade é hegemônica-mente presidida pelas técnicas materiais e intelectuais, por práticas, comportamentos, atitudes, saberes, modos de pensamento, valores que se desenvolvem em relação de co-pertinência e co-determinação com o ciberespaço (LÉVY, 1999: 17).

Importante esclarecer o aspecto “não-universalizante”⁴ da *cibercultura*. Para isso, retomemos as características dos regimes cognitivos anteriores. Se sou membro de uma tribo ou de uma comunidade fechada e auto-centralizadora, estou restrito a e identificado compulsoriamente por seu repertório religioso, social, técnico, por seus padrões institucionais e de comportamento, que transcendem a ordem em que estou inserido, orientando-a de “fora” ou de “cima”. As oportunidades de troca intra e intergrupos tendem a cumprir um circuito determinado pela própria fronteira tribal, disciplinada pelos costumes imemoriais, pelos deuses, pela magia. Desde o final do século XIX que as pesquisas etnográficas descrevem sociedades que funcionam com base em princípios de reciprocidade e redistribuição – um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado de objetos valiosos, transportados muitas vezes a grandes distâncias – que cosem solidariedades sociais e religiosas em uma rede de obrigações recíprocas, a qual, por sua vez, pune e marginaliza aqueles que infringem seus códigos de honra e generosidade (POLANYI, 1980: 59-69).

Se sou usuário da escrita, sobretudo após a invenção da imprensa, navego em hipertextos mais abstratos, removíveis de seus contextos de emergência e remanejados segundo estratégias de poder e de conhecimento que se sustentam e se alimentam da própria atividade hermenêutica infinita que os assegura enquanto unidades produtoras de saber distintas, assentadas em autoridades em luta de hegemonia, a quem se atribui poderes de permissão, sanção, gestão e controle da vida dos indivíduos e das coletividades. A cada geração mais nós e *links* são acrescidos a essas bibliotecas hipertextuais, asseverando as territorialidades e proliferando o jogo rivalitário do estabelecimento da versão “correta”, “verdadeira”, “válida para todos”, “objetiva”, dos saberes, comportamentos e valores.

Se sou usuário das mídias de massa, acesso rádio, televisão, cinema, imprensa, produção fonográfica (nos antigos formatos de lp’s e cd’s), livros, vou a *shows* de *rock*, peças de teatro, jogos de futebol ou assisto à sua transmissão pela tv, em um movimento que me conecta ao fluxo por algum denominador comum de grande escala, que arrebanha milhões de pessoas pela lógica do *best seller*, da maior audiência, do espetáculo do ano, do filme ganhador do Oscar, do ídolo do futebol ou dos palcos do cenário pop nacional e internacional. Rebanhos humanos seqüestrados pela concentração dos *media*, em duplo sentido: pela monopolização dos meios técnicos e industriais dos *mass media* por poucos grupos econômicos, fenômeno evidente sobretudo a partir dos anos 1970 e 1980, e por seu reverso, isto é, pela disponibilidade e acesso precários a alternativas, porque simplesmente não havia *como* ter contato parciário, anônimo e em rede com outros pólos produtores e usuários de informação.

O contato telefônico dependia da fixação física de um aparelho instalado em residências e lugares públicos, aos poucos liberado com a mobilidade dos celulares, que até o final dos anos 1990 transmitiam apenas voz; a rádio que se escutava (escutava-se rádio!) era geograficamente local e seus programas muitas vezes colocavam os usuários em contato uns com os outros através de cartas, no que eram seguidos por jornais e revistas, que usavam também caixa postal; tirar

⁴ Seguimos a problematização proposta por LÉVY, 1999: 111-121 e 247-250.

fotografias envolvia a operação de comprar o filme em separado e depois revelar as fotos em lugar especializado; a televisão aberta e a cabo, esta última ainda pouco disponível e com custos proibitivos, era programa doméstico coletivo familiar em horários mais ou menos estabelecidos e com um cardápio estandardizado; jornais e revistas, nacionais e internacionais, circulavam em papel e, muitas vezes, com difícil acesso, quando extrapolavam o circuito local, donde também a distinção entre o *mainstream*, o oficial, o popular, o mais “vendido”, e o *underground*, o “sujo”, o “alternativo”, o “subversivo”.

A cibercultura pulverizou todos esses pólos de concentração, totalização e universalização, desfazendo fronteiras ou relativizando-as até à indiscernibilidade, ao colocar tudo e todos em conexão e interatividade, de modo ilimitado e não filtrado, numa paisagem contínua, sem os relevos do *mainstream* x *underground*, e na qual passou-se a consumir, um pouco indistintamente, tanto o produto “profissional” quanto o “amador”, tanto o “oficial” quanto o “pirata” (ANDERSON, 2006).

É fato que vivemos hoje um cotidiano que se modificou significativamente em relação àquele que se concebia na década de 1990, quando foram publicados os textos que estamos considerando. Na ocasião, lidava-se com o cenário da popularização do uso doméstico dos computadores; da internet (discada); do acesso de dados à distância, sua transferência, compartilhamento e construção por tutoriais *on line*, conferências eletrônicas e *groupwares*; do correio eletrônico; dos CD ROM's e DVD's como suportes ampliados e móveis de gravação e arquivamento de informações (texto, imagem, som).

Hoje, temos dispositivos ainda mais dinâmicos e fragmentados, que aceleraram a virtualização, como o acesso à internet com banda larga ou com tecnologia sem fio (*wireless*); acesso *on line* a filmes em versão integral, por sua vez graváveis domesticamente em DVD-R, liberando espaço de armazenamento no computador e a veiculação do conteúdo em qualquer ambiente que tenha computador ou televisão e DVD; os *iPods* e *pendrives* mais simples, que carregam texto, som e imagem (fotografia e vídeo), além de gravar som, acessáveis no próprio dispositivo ou por qualquer computador com entrada USB e *software* compatível; a popularização de programas de compartilhamento de música (mp3), texto e imagem; celulares que são máquinas fotográficas e filmadoras digitais, sendo também minicomputadores que transmitem som, texto e imagem, além de acessar a internet; dispositivos mais recentes já disponíveis no mercado, que fusionam a função telefone celular com um *iPod* de tela *widescreen* e acesso à internet com navegação e e-mail, utilizando como interface nova uma tela de multitoque e um novo programa que permite ao usuário usar o dispositivo apenas com os dedos⁵; programas de mensagem instantânea e convívio virtual, como o Orkut; espaços virtuais de compartilhamento de vídeos como o You Tube, em que são veiculados indistintamente arquivos da indústria de entretenimento das últimas décadas;

⁵ Trata-se do *iPhone*, lançado em janeiro de 2007 pela Apple.

Cf. <http://latam.apple.com/pr/articulo/?id=1361&r=br>.

aulas, palestras, conferências, não necessariamente vinculadas a programas oficiais universitários; produções do usuário em geral, anônimas ou não.

Esses são alguns exemplos que nos permitem ampliar exponencialmente o alcance dos argumentos de Lévy. Confirmam-se certas intuições do autor, como, por exemplo, a afirmação segundo a qual “a cibercultura reúne de forma caótica todas as heresias”, pois, contrariamente às separações pregressas, “suas fronteiras são imprecisas, móveis e provisórias” (LÉVY, 1999: 238). Seus espaços comuns são ocupados por qualquer um, que produz, dissemina ou investiga o que lhe interessa, cabendo-lhe exclusivamente a iniciativa, em regime de alta parcialidade e em dinâmica de rede, como é o caso dos *photoblogs*, *blogs*, You Tube ou mecanismos de busca com filtros de navegação, como o Google Acadêmico. Enfim, a interconexão e a interatividade infinitizadas apontam para o fim dos monopólios da expressão pública; a crescente variedade dos modos de expressão; a disponibilidade progressiva de instrumentos de filtragem e navegação convivendo com a pulverização da informação que anula toda hierarquia prévia; o desenvolvimento de comunidades virtuais e contatos interpessoais independentemente de barreiras físicas e geográficas; a relativização de freios políticos, econômicos e tecnológicos à expressão mundial da diversidade cultural e à troca de informações, de que são testemunhas os diversos programas de compartilhamento de arquivos que driblam permanentemente a força mercadológica da propriedade intelectual (LÉVY, 1999: 239-241).

À luz dessa dinâmica, potencializam-se certos conceitos, expressões e idéias lançadas por Lévy. Podemos finalmente considerar aquele que nos interessa mais de perto, o conceito de cibercidade, animado pelos processos mais gerais de dessubjetivação, dessubstancialização e desterritorialização a que aludimos.

A idéia central da proposta da cibercidade é pensar as possibilidades de articulação entre dois espaços qualitativamente diferentes que são o território e a inteligência coletiva, essa última tendo como suporte o ciberespaço – que se articulam de tal modo que não há eliminação ou substituição das formas territoriais por um funcionamento ciberespacial, mas sim uma compensação da inércia e rigidez do primeiro pela articulação realizada em tempo real no segundo. Isso permite que as questões urbanas sejam elaboradas através da comunicação interativa e coletiva, possibilitando a colocação simultânea de competências, recursos e idéias. Esses espaços são distintos física e topologicamente: o território é adscrito a um centro e seus limites, organizado por sistemas de proximidade física ou geográfica; o ciberespaço é co-presença de um ponto na rede relativamente a qualquer outro, deslocando-se em velocidades altíssimas. Além disso, do ponto de vista dos processos sociais, o território é espaço de separações e hierarquias, ao passo que o ciberespaço funciona na transversalidade das relações e na fluidez dos contatos. Não se trata, portanto, de eliminar ou substituir uma forma (o território) em prol de outra (o funcionamento ciberespacial), e sim “compensar, no que for possível, a lentidão, a inércia, a rigidez indelével do território por sua exposição em tempo real no ciberespaço” (LÉVY, 1999: 195).

A cibercidade seria resultante dos processos de inteligência coletiva aplicados ao território, otimizando seus recursos pela plasticidade do ciberespaço, construindo efetivamente um espaço cosmopolita ou *policosmo*, espaço das metamorfoses das relações e do surgimento das maneiras de ser, que facilitaria a expressão de singularidades, a confecção de laços sociais pela aprendizagem recíproca e a livre navegação dos saberes (LÉVY, 1999: 196). Os sujeitos do espaço-tempo clássico não apareceriam mais “como figurinos sólidos postos sobre territórios bem recortados, mas como distribuições nômades correndo sobre um espaço de fluxos” (LÉVY, 2003: 137). Em outras palavras, a cibercidade é o espaço de habitação dos “imigrantes da subjetividade” (LÉVY, 2003: 17), que habitam, portanto, todos os meios com os quais interagem.

Transformação do conceito de “EU”

Cada forma de pensar traduz uma certa época. Entretanto, assim como Rossi apontou que “a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade” (ROSSI, 1995:57), numa mesma época coexistem várias visões e entendimentos de mundo, de homem, de vida. E isso é particularmente verdadeiro numa época de mudanças como a nossa, em que assistimos à constante reformulação do próprio entendimento do que seja homem (incluindo aí todo o tipo de técnica como sua extensão e o meio ambiente como componente do seu organismo), bem como a novas formas de ser, existir, viver e pensar.

Nosso objetivo é entender que, assim como o “ser” urbano passou por profundas modificações – em um processo crescente de desmaterialização desde a cidade medieval, onde a muralha deixou de ser não apenas o marco divisório entre cidade e o espaço que não lhe pertence, como também sua segurança conceitual, definindo-lhe o “próprio ser” (LEPETIT, 2001: 252), e do advento da cidade industrial, no século XIX, à cidade contemporânea com a desmaterialização das fronteiras que, substituindo a muralha, foram forjando a definição do urbano em uma perspectiva cada vez maior de comunicação e mobilidade de bens, informações e pessoas (ASCHER, 2001) –, do mesmo modo o ser “urbano” que, como habitante, interagiu com esse espaço urbano progressivamente desmaterializado, também experimentou, no mesmo processo e concomitante a ele, a vertigem de descentralização e multipertencimento, sendo levado a deixar para trás o lugar de sujeito indiviso e permanente, espécie de coordenador-chefe de suas ações.

Partindo de que o conceito de cidade, de urbano, dissociou-se dos lugares geométricos e geográficos, e de que é preciso definir a pessoa para definir a cidade que ela é e vice-versa, é necessário o esclarecimento do “Eu” ou “pessoa” em questão, para explicitar os elementos constitutivos de nossa hipótese.

Este conceito foi formulado de modo original pela teoria *Nova Psicanálise*⁶, e nos autorizar a pensar, sob o ponto de vista mental, o que seja *Eu*

⁶ Teoria criada pelo psicanalista brasileiro MD Magno na linhagem de Freud e Lacan, é uma reedificação da psicanálise com base nos mais importantes achados desses dois mestres, e tem se mostrado compatível com a situação atual do mundo e com teorias

contemporaneamente. *Eu* compatível com o habitante desse espaço urbano informacional, videótico e videófilo, *non stop*, globalizado, controlado, digital, instantâneo, e-tópico e distópico. Esta teoria produziu um conceito de *Eu* que é equivalente ao de *Pessoa*⁷, e denota um processo sem nenhuma distinção de sujeito nem objeto, sem separação entre organismo vivo e mundo físico e social, que funciona em rede que conecta tudo e todos, com pólo, foco e franja, e que tem a peculiaridade de um funcionamento mental capaz de extrapolar as situações dadas e criar o novo.

De forma reduzida podemos afirmar que *Pessoa*⁸ ou *Eu* nesta teoria é a resultante da rede composta de: 1) formações primárias – que corresponde às formações dadas ou espontâneas. Trata-se do que, como “natureza” podemos arrolar no orgânico/inorgânico; vivo/não vivo; formações do Universo conhecido ou por conhecer, em ordem macro ou subatômica; formações do planeta que habitamos, em seu *design* mineral, vegetal ou animal; na ordem dos organismos vivos (aí incluído o homem), sua constituição genética e dispositivos associados de conexão ecológica, a corporeidade humana e o conjunto de formações envolvidas nas regulações vitais; 2) formações secundárias – o que é fabricado graças à competência articulatória da mente, capaz de se movimentar e criar para além do dado espontâneo ou “natural”. Trata-se, em outras palavras, da capacidade articulatória da espécie humana, que inclui sua performance lingüística, suas realizações históricas, artísticas, institucionais, tecnológicas etc., e 3) formação originária – é a estrutura de base do funcionamento mental da espécie. Está diretamente relacionada à competência mental em poder potencialmente avessar o que quer que se apresente e criar o “novo”. Este mecanismo é denominado pela Nova Psicanálise de *Revirão*.

Isso fica evidente na história da humanidade, diante da permanente produção de meios e artifícios para reverter um determinado contexto dado: se não sabemos voar, inventamos o avião; se estamos inconformados com o escuro, inventamos o fogo e a luz elétrica; se ficamos doentes, inventamos remédios para reverter a condição física. Todos esses supostos impedimentos são considerados *impossíveis modais*, isto é, são passíveis de reversibilidade. Por mais difícil que possa nos parecer, o avessamento de uma dada situação, é uma questão de tempo, de investimento, e de conhecimento a ser adquirido⁹.

Partindo da consideração das formações em jogo (primárias, secundárias, originária), temos aí uma grande distinção do conceito de *Eu-Pessoa*: são formações compostas pelos dados tidos tradicionalmente como naturais, mais

científicas contemporâneas.

⁷ Sabemos que diversos conceitos diferentes podem ser expressos pelo mesmo nome. Assim esclarecemos que, apesar do termo “pessoa” ser carregado de uma série de significações pregressas (por exemplo vide a história do Personalismo), aqui ele ganha uma conceituação original.

⁸ Este conceito foi amplamente desenvolvido na obra de MD Magno. Para um estudo detalhado, verificar a referência bibliográfica ao final deste texto.

⁹ Imaginemos o que representava para a humanidade, há somente um século atrás, a idéia da possibilidade do homem visitar a lua ou o planeta Marte (!)

os culturais, que, por sua vez, são acrescidos de uma performance mental específica por portar a lógica do Revirão. Estas formações operam por polarização com foco e franja, o que explode qualquer configuração fechada e cria um campo de abrangência que coloca a Pessoa sempre *em processo*, não sendo possível, por conseguinte, excetuando por recortes e fechamentos, determinar a extensão de uma Pessoa. Como o pólo não possui fronteiras delimitadas, torna-se impossível esquadrihar toda a sua configuração. Assim, o que percebemos com mais nitidez são os focos (MAGNO, 2007: 113-117), e tudo o que desconhecemos – mas que, ainda assim, atuam plenamente nesta rede de relações – é situado como franja. No entanto, à medida que a franja é reconhecida, o foco se amplia, de modo que se torna impossível precisar onde *Eu* termina.

Este conceito de pessoa abrange sua configuração corpórea, as pessoas que fazem parte da sua vida, suas relações específicas com determinados espaços físicos, geográficos, seus campos de interesse, suas atividades profissionais, pessoais e amorosas, as tecnologias que usa, etc. Enfim toda a enorme lista interminável das conexões existentes em qualquer nível para qualquer pessoa. Estas conexões é que compõem a Pessoa. Dada a abrangência deste conceito, é importante situar que este processo atua através de polarização com foco e franja. Por exemplo, apesar de residir em determinada cidade, geograficamente falando, seguramente somente partes, pedaços daquele espaço físico que compõe a tal cidade é que encerram alguma significação para cada residente. São os espaços a partir dos quais elas traçam relações de continuidade e reconhecimento: os caminhos que percorrem cotidianamente, as lojas, restaurantes e espaços de diversão que usualmente freqüentam etc. é que estruturam as amarras fundamentais que fazem parte da rede que constitui uma Pessoa. Nesse sentido, a Pessoa é a própria rede que ela tece.

Eu equivalente a Pessoa é uma formação complexa, composta de formações Primárias, Secundárias e Originária, que se com-sideram¹⁰, de modo que a alteração de uma delas modifica inevitavelmente a resultante da sideração. Assim, a Pessoa é uma rede dinâmica – caracterizada por intrincadas interações entre formações sintomáticas, por um lado, e a possibilidade de Revirão, por outro – de modo que só é possível pensá-la como resultante variável, considerada a cada caso e a cada momento. Acrescentemos também que a franja de uma Pessoa tende ao infinito na extensão do espaço e na direção do tempo (MAGNO, 2007: 187). Por tudo isso, cada Pessoa é única, e sempre será a resultante aqui e agora de todos os seus recursos, fatores e características da sua história.

¹⁰ Nesta perspectiva, reconhece-se que há formações e que elas se com-sideram, ou seja, que há sideração entre elas. A palavra siderar tem origem latina, de modo que *cum-siderare* é siderar junto. *Sidus*, por sua vez, é o siderar dos astros, que não são impulsionados por nenhuma força localizada, mas que sideram sozinhos, movidos por forças de atração e repulsão (MAGNO 2003: 64).

A cidade Sou Eu¹¹

A movimentação tecnológica está redesenhando o conceito de cidade. A fluidez e permeabilidade entre conceitos e o apagamento de fronteiras entre natural e artificial, corpo e tecnologia, requerem modos inclusivos de pensar a realidade urbana contemporânea. Donde, a aplicação do conceito de Pessoa no sentido de dar nova inteligibilidade à cidade, à medida que este conceito indica que *Pessoa* está impregnada de tudo que lhe possa fazer interface, tudo que nela se vincule e, portanto, a constitua. Podemos, dentro desta perspectiva indiferenciante, afirmar que a Cidade Sou Eu (ARAUJO, 2005: 104).

Estamos articulando os conceitos de *cidade* e *eu* sob o ponto de vista da estrutura da nossa mente, segundo a concepção da Nova Psicanálise, considerando que são compatíveis com nosso modo de funcionamento mental e com as configurações hegemônicas do mundo contemporâneo.

A inutilidade de separar o conceito de pessoa e o de cidade advém justamente da co-extensão entre o que se é, o que se tem, o que se acessa e do que se dispõe. Portanto, qualquer cidade poderá ser analisada a partir da Pessoa em questão.

Assim, quando pensamos no processo de expansão do corpo e da mente humanos mediante a tecnologia, fica mais fácil conceber que a cidade como rede é pertinente à rede que uma pessoa é. Com a “explosão de máquinas portáteis, que fornecem comunicação ubíqua sem fio e capacidade computacional”, pessoas, organizações e espaços interagem em qualquer lugar ou tempo, “enquanto simultaneamente dependem de infra-estrutura de suporte que gerencie os recursos materiais em uma rede de distribuição de informações” (CASTELLS, 2004: 6). Ao mesmo tempo, com a nanotecnologia e a convergência entre microeletrônica e processos e materiais biológicos, “as fronteiras entre vida humana e vida maquínica ficam borradas, de tal modo que as redes estendem sua interação, do eu interior [=inner self] ao conjunto da atividade humana, transcendendo barreiras de tempo e espaço” (CASTELLS, 2004: 6).

Se a tecnologia testemunha a extensão e a interação de redes que constituem o tecido urbano em suas diversidade, borrando a fronteira entre o humano, o maquínico e digital, *A cidade sou eu* significa que a rede de formações constitutivas de uma singularidade (= Eu) constitui a cidade que se é. Somos as conexões atuais e virtuais que nos configuram como múltiplos espaços e tempos habitados. Da mesma maneira que o tecido e o espaço urbanos são retalhados pela justaposição de valores e experiências díspares de seus atores sociais, somos resultado de vinculações que, de modo mais ou menos intenso, nos conformam como a cidade que somos.

¹¹ A “Cidade sou eu?” é título da tese de doutorado defendida pela autora em novembro de 2007 no PROURB/UFRJ. Ganhou o Prêmio Capes de Tese 2008 (cf.: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/premios-capes-de-teses/2779>). O texto integral da tese pode ser acessado em: http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/premio2008/968864-ARQ/968864_5.PDF

Não há distância alguma entre a cidade “que habito” e a cidade “que sou”. A cidade, que cada um é, é co-extensiva a seu modo urbano de inserção no mundo. Se a vida, a sociabilidade e a cultura urbanas se generalizaram, alterando, mediante tecnologias cada vez mais intangíveis, os diversos ambientes e práticas sociais, podemos dizer que a “cidade” expandida encontrou a “pessoa” que se supunha habitá-la, revelando que, na verdade, habitar é ser.

Nosso entendimento é que, como o conceito de cidade, saiu dos lugares geométricos e geográficos, é preciso definir a Pessoa para definir a cidade. Portanto, *qualquer* cidadão, *qualquer* pessoa pode dizer *A Cidade Sou Eu*, pois não há mais distância entre quem habita o lugar, o lugar e as maneiras de habitá-lo.

Referências

- ANDERSON, Chris. *The long tail: why the future of business is selling less of more*. New York: Hyperion, 2006.
- ARAUJO, Rosane. *A Cidade Contemporânea e As Novas Tecnologias*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- _____. “La Ville, C’est Moi: l’urbanisme du XXI^{ème} siècle”. In: GRELET, Gilles (org.). *Théorie-rebellion: um ultimatum*. Paris: L’Harmattan, p. 104-107, 2005.
- _____. “O urbanismo em estado fluido”, in *A Cidade pelo avesso*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, pp. 41-58, 2006.
- _____. *O Urbanismo do Século XXI: A Cidade Sou Eu?* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. O texto integral da tese pode ser acessado em: http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/premio2008/968864-ARQ/968864_5.PDF
- ASCHER, François. *Metápolis: acerca do futuro da cidade*, Oeiras: Celta Editora, 1998.
- _____. *Événements nos Dépassent, Feignons d’en être les Organismes; essai sur la société contemporaine*, La Tour d’Aigues: L’Aube, 2000.
- _____. *Les nouveaux principes de l’urbanisme: la fin des villes n’est pas à l’ordre du jour*, Paris: L’Aube, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *La Ciudad Informacional; tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional*, Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- _____. A Sociedade em Rede. In *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – vol. I*, São Paulo: Paz e Terra. Trad.: Roneide Venancio Majer, 1999a.

-
- _____. O Poder da Identidade. In *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – vol. II*, São Paulo: Paz e Terra. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt, 1999b.
- _____. Fim de Milênio. In *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – vol. III*, São Paulo: Paz e Terra. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt, 1999c.
- _____. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CASTELLS, Manuel (ed.). *The network society: a cross-cultural perspective*, Cheltenham, Mass.: Edward Elgar Publishing Ltd., 2004.
- COATES, Nigel. *Guide to ECSTACITY*, New York: Princeton Architectural Press, 2003.
- DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação de Heliana Angotti Salgueiro.
- LÉVY, Pierre. *La machine univers: création, cognition et culture informatique*. Paris: Ed. de la Découverte, 1987.
- _____. [1990] *As tecnologias da inteligência; o futuro do pensamento na era da informática*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *O que é o virtual?* [1995]. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2003
- MAGNO, MD. *A Psicanálise, Novamente: um Pensamento para o Século II da Era Freudiana*, Rio de Janeiro: NovaMente Editora, 2004.
- _____. (2004a) *Economia Fundamental. Metamorfoses da Pulsão*. (no prelo).
- _____. *Psicanálise: Arreligião*. Rio de Janeiro: NovaMente Editora, 2005.
- _____. *Clavis Universalis*, Rio de Janeiro: NovaMente Editora, 2007.
- _____. *A Rebelião dos Anjos: eleutéria e exousía*. (no prelo), 2007a.
- MITCHELL, William J. *e-topía “vida urbana, Jim, pero no la que nosotros conocemos”*, Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- _____. *City of bits: space, place and the Infobahn*, Cambridge: MIT Press, 1995.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

-
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*, São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*, Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
- _____. e XAVIER COSTA. *Metrópolis – ciudades, redes, paisajes*, Barcelona: Gustavo Gili, 2005.
- TAN, Kok-Meng. *Teoría de la ciudad nodal*, in SOLÀ-MORALES and XAVIER.COSTA, p. 172-187. (2005).
- WERTHEIM, Margaret. *Uma História do Espaço de Dante à Internet*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.